

Barco da História

A experiência da Revolução de 1964 impõe que se estabeleça, no seu vigésimo aniversário, a avaliação conclusiva quanto aos resultados que se pode esperar da intervenção direta do Estado na economia. No início do pós-guerra, discutia-se se haveria alguma alternativa para o desenvolvimento econômico além do que então se chamava **modelo canadense**, isto é, mediante uma economia atrelada aos americanos. Na década de cinquenta o ISEB aventou a hipótese de que se poderia fazê-lo através do Estado, idéia que viria a ser perflhada pela Escola Superior de Guerra. A Revolução de 1964 inclinou-se de modo insofismável por semelhante modelo.

Alguns resultados levaram a supor que a hipótese estava correta. Em 1963, o PIB brasileiro oscilava pouco acima de US\$ 50 bilhões e dispúnhamos de renda **per capita** em torno de US\$ 700. Em 1979, o PIB chegou a US\$ 260 bilhões e a renda **per capita** a US\$ 2 200. Constituiu-se conjunto de modernas empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica. O país foi retirado do sério atraso em que se encontrava no terreno das comunicações, abrangendo inclusive a modernização dos correios, que antes correspondiam a autêntico símbolo da ineficiência. No âmbito dos transportes, implantou-se rede rodoviária exemplar, o que permitiu, pela primeira vez na história do Brasil, constituir-se mercado único, abrangendo a parcela fundamental do território. O transporte marítimo também foi aperfeiçoado. Apesar dos êxitos, a Revolução teve muitos insucessos setoriais, dos quais os mais flagrantes são as ferrovias e o setor siderúrgico.

A partir dos últimos anos, entretanto, o lado perverso do intervencionismo estatal direto começa a aflorar com intensidade crescente. O volume da dívida externa sugere que na verdade o desenvolvimento não repousou em poupança interna. Verificou-se igualmente que o agigantamento do Estado traduziu-se na formação de máquina burocrática verdadeiramente descomunal, sequiosa de privilégios, com

nível escasso de competência, tendente a identificar suas aspirações com os interesses nacionais. Ao disseminar monopólios, o Estado bloqueia o acesso da iniciativa privada a setores vitais, postergando, graças à escassez de recursos, projetos essenciais. Por último, essa espécie de intervencionismo gerou processo inflacionário cuja virulência torna insignificante tudo quanto, na matéria, havia ocorrido no passado.

Pode-se concluir portanto que, na forma em que foi praticado, o intervencionismo estatal revelou-se malogro retumbante. O mais grave é que, ao ter pretensões a universalizar-se, a tudo transformar em questão de segurança nacional, tornou-se na verdade fator impeditivo da complementação do programa de modernização das estruturas econômicas do país. Se essa questão não for revista, com a necessária urgência, o Brasil estará condenado a perder o barco da história.

O caminho da revisão pode ser encontrado de forma intuitiva. O primeiro passo há de consistir na verificação daqueles setores em que as empresas estrangeiras estariam interessadas em investir, balaneando com realismo vantagens e desvantagens. Seria impositivo reconhecer-se, desde logo, que a síndrome do modelo canadense não tem mais sentido num tempo em que os grandes grupos são multinacionais, irradiando-se suas bases por todo o mundo desenvolvido. Idêntica providência teria que ser efetivada em relação ao empresariado privado brasileiro. E assim, à luz do que se concluisse, formular-se-ia a nova política de manutenção do Estado em setores remanescentes dos quais não poderíamos prescindir. Ainda mais: as empresas estatais passariam a subordinar-se a controle mais abrangente, que se poderia exercitar através do Congresso.

O povo que não aprende com a história está condenado a insistir sempre nos mesmos equívocos. É nosso dever assumir coletivamente erros e acertos da Revolução de 1964. E, mais importante que tudo, empreender corajosamente a revisão necessária.